



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA  
COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

## **Ata Executiva**

### **Reunião do Grupo Técnico de Trabalho de Salvaguardas**

---

#### **DATA**

02 e 03 de dezembro de 2025.

#### **LOCAL**

Presencial, no Hotel

#### **PAUTA**

- Monitoramento do SISREDD+
- Avaliação dos Indicadores

#### **PARTICIPANTES**

Consultar lista de presença anexa.

#### **ASSUNTOS TRATADOS**

A 8ª Reunião do GTT de Salvaguardas ocorreu no formato de Oficina, com lista de participantes estendida, a fim de contemplar diferentes instituições e representações para os debates e decisões acerca dos indicadores.

A oficina permeou diferentes debates no entorno dos indicadores, que foram pré-avaliados, a fim de que fossem selecionados, a partir de critérios, quais indicadores seriam debatidos. Partindo desta aplicação de critérios, foram selecionados 33 indicadores, que foram discutidos em grupos, separados por agrupamento de salvaguardas.

Informações mais detalhadas acerca da oficina, assim como sua programação e resultados obtidos estão discriminado no relatório anexo.



# CONAREDD+

## Relatório da Oficina de Indicadores do SISREDD+

# Relatório da Oficina de Indicadores do SISREDD+

Este documento foi elaborado no âmbito do Projeto Floresta+ Amazônia (BRA/19/005), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SMC).

## **Elaborado para:**

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

## **Elaborado por:**

Earth Innovation Institute (EII)

## **Autoras:**

Isabel Tostes Ribeiro  
Luiza Muccillo de Barcellos  
Monica De Los Rios

## **Coordenação e Revisão:**

Beatriz Soares (MMA)  
Mariane Nardi (MMA)  
Alexandre Santos Avelino (MMA)  
Rafaela Silva Borges (MMA)  
Luan Moldan Motta (MMA)  
Marcia Stanton (PNUD)  
Raissa Guerra (PNUD)

**Data (Versão Revisada): 23/01/2026**

# Apresentação

Em 2018, a construção do Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) avançou com o desenvolvimento de uma proposta metodológica para criação de seus indicadores, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e supervisionada pela então Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salv). Naquele momento, foram realizadas cinco oficinas (Acre, Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Brasília), com representantes de diferentes segmentos, para definir as bases conceituais, os alvos de monitoramento e os indicadores do SISREDD+ (MMA, 2021).

Em 2021, a Resolução CONAREDD+ nº 4 adotou 19 indicadores, construídos durante o referido processo participativo, para uma testagem piloto. No ano seguinte, o monitoramento desses indicadores avaliou sua aplicabilidade e viabilidade metodológica, identificando desafios relacionados à validade, à mensurabilidade e à disponibilidade de fontes de dados.

Atualmente, o Brasil segue avançando na estruturação e na implementação do SISREDD+ nacional. Nesse contexto, o Earth Innovation Institute (EII) foi contratado para assessorar o governo brasileiro na continuidade desse processo.

Como primeira etapa dessa assessoria, foi realizada uma revisão minuciosa das propostas de indicadores formuladas nas oficinas de 2018. A análise revelou que, embora refletissem a diversidade de perspectivas e experiências dos participantes, muitas das propostas ainda careciam de atributos essenciais — como objetivos claramente definidos, fórmulas de cálculo e fontes de dados — para se tornarem indicadores plenamente estruturados e aptos a compor um sistema nacional de monitoramento.

Com base nesse diagnóstico e considerando também os desafios identificados no monitoramento piloto de 2022, buscou-se organizar, aprofundar e aprimorar um conjunto de indicadores mais consistentes, claros e operacionalizáveis para o SISREDD+. A apresentação desses resultados, seguida de sua validação participativa, é fundamental para consolidar critérios, aprimorar definições, trazer transparência e fortalecer o alinhamento conceitual entre os diferentes níveis de governança e partes interessadas.

Nesse sentido, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2025, como parte do trabalho voltado a continuidade da estruturação e implementação do SISREDD+ nacional, foi realizada a **Oficina de Indicadores do SISREDD+**, reunindo membros da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), de seus Grupos de Trabalho Técnicos — em especial o GTT Salvaguardas — e outras partes interessadas envolvidas em etapas anteriores de construção do Sistema ou na elaboração de sumários e sistemas de Salvaguardas nos níveis subnacional e local.

A Oficina de Indicadores do SISREDD+ constituiu um momento-chave de diálogo e construção coletiva, conectando o processo técnico de revisão dos indicadores à participação informada dos atores responsáveis pela implementação do SISREDD+.

Desta forma, este relatório apresenta a sistematização das atividades realizadas, seus principais resultados, lacunas identificadas e recomendações para os ajustes finais no conjunto de indicadores, subsidiando as etapas seguintes de consolidação e aprimoramento do SISREDD+.

Vídeo 1. Recap da Oficina de Indicadores do SISREDD+, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2025, disponível no canal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no YouTube.



# Sumário

Objetivos da Oficina

07

Participantes

10

Atividades e Resultados

14

Próximos Passos

44





01

# Objetivos da Oficina



## 1.1 Objetivos Gerais da Oficina

Avançar no processo de construção do SISREDD+.

Apresentar o trabalho de revisão dos indicadores do SISREDD+.

Compartilhar aprendizados entre os participantes.

Fortalecer o alinhamento entre entes que estão desenvolvendo seus sistemas e sumários de Salvaguardas.

## 1.2 Objetivos Específicos da Oficina

Identificar aspectos positivos, lacunas e recomendações para consolidação dos indicadores do SISREDD+.

Avaliar o grau de atendimento dos indicadores a critérios previamente selecionados como adequados ao SISREDD+ (Matriz de Avaliação Quantitativa).





02

Participantes

## 2. Participantes

A Oficina de Indicadores do SISREDD+, realizada nos dias 03 e 04 de dezembro de 2025, contou com a participação de 59 representantes de diferentes segmentos e setores da sociedade, incluindo governos estaduais e federal, organizações da sociedade civil, instituições internacionais de cooperação, setor privado e representantes de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. A diversidade institucional, territorial, étnico-racial e etária dos participantes enriqueceu o processo de discussão e validação do conjunto de indicadores, contribuindo para um debate plural, qualificado e alinhado ao caráter participativo que tem orientado a construção do SISREDD+. As Tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, apresentam uma sistematização da composição dos participantes por segmento, gênero, raça/cor e faixa etária.



Tabela 1. Participantes por cor/raça, faixa etária e gênero.

Cor/Raça (IBGE)	Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Branco	30–60 anos	20	7	27
	18–29 anos	2	3	5
<b>Subtotal</b>		<b>22</b>	<b>10</b>	<b>32</b>
Indígena	30–60 anos	2	3	5
	18–29 anos	1	—	1
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
Pardo	30–60 anos	10	4	14
	Acima de 60 anos	1	—	1
	18–29 anos	—	1	1
<b>Subtotal</b>		<b>11</b>	<b>5</b>	<b>16</b>
Preto	30–60 anos	2	2	4
	Acima de 60 anos	—	1	1
<b>Subtotal</b>		<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>Total Geral</b>		<b>38</b>	<b>21</b>	<b>59</b>

Tabela 2. Participantes por segmento e gênero.

Segmento	Feminino	Masculino	Total
Governo Estadual	9	5	14
Governo Federal	9	6	15
PIQPCTAF	3	3	6
Sociedade civil	11	5	16
Setor privado	2	0	2
Outro	4	2	6
<b>Total Geral</b>	<b>38</b>	<b>21</b>	<b>59</b>



03

## Atividades e Resultados

### 3.1 Visão geral

As atividades propostas para a Oficina de Indicadores do SISREDD+ foram pensadas para alcançar os objetivos específicos do encontro. Para isso, o primeiro dia da Oficina foi dedicado à apresentação de conceitos e informações sobre o processo de revisão dos indicadores do SISREDD+, assim como à sua análise qualitativa. A programação (Figura 1) combinou exposições técnico-informativas e atividades em grupos, com foco na avaliação do conjunto atual de indicadores e na identificação de aspectos positivos, lacunas e oportunidades de aprimoramento. O segundo dia teve como foco a aplicação dos critérios classificatórios da matriz de avaliação quantitativa desenvolvida no âmbito do processo de revisão dos indicadores do SISREDD+.

**Figura 1. Atividades realizadas na Oficina de Indicadores do SISREDD+**

<b>Atividades (Dia 1 - 03/12/2025)</b>	<b>Atividades (Dia 2 - 04/12/2025)</b>
Apresentação sobre o histórico do SISREDD+	Atividade em Grupos para avaliação dos indicadores (Rodada 3)
Explicação e diálogo sobre Indicadores	Apresentações dos Grupos e diálogo em plenária
Apresentação e diálogo sobre o trabalho de revisão dos Indicadores do SISREDD+	Apresentação da Matriz de Avaliação Quantitativa
Apresentação dos atributos da Ficha Técnica dos Indicadores	Atividades em Grupos (Matriz de Avaliação Quantitativa)
Apresentação do conjunto atual de Indicadores do SISREDD+	
Atividade em Grupos para avaliação dos indicadores (Rodada 1)	
Atividade em Grupos para avaliação dos indicadores (Rodada 2)	

## 3.2 Apresentação sobre o Histórico do SISREDD+

Alexandre Santos Avelino (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) abriu as sessões de apresentações técnico-informativas, apresentando um panorama do histórico e do processo de construção do SISREDD+ Brasil.

Ele contextualizou as Salvaguardas como diretrizes para potencializar impactos positivos e minimizar riscos socioambientais das ações de REDD+, lembrando as sete Salvaguardas de Cancún (A–G) (Figura 2). Em seguida, destacou a exigência da UNFCCC de que cada país tenha um **sistema de Salvaguardas transparente, acessível e flexível, construído de forma autônoma e apoiado em sistemas existentes**, articulado aos demais requisitos de REDD+ (monitoramento florestal, estratégia/plano de ação e nível de referência/FREL), com exemplos como PRODES, DETER, TerraClass, IFN e as plataformas de reporte (Lima Info Hub e espelhos nacionais).

A fala detalhou os marcos do processo brasileiro (a partir de 2010), incluindo oficinas e documentos orientadores, o painel técnico de especialistas para identificar fontes e informações e a elaboração do primeiro Sumário de Informações (SOI). Destacou-se a interpretação brasileira das Salvaguardas, formalizada pela Resolução CONAREDD+ nº 15/2018, como base para orientar o SISREDD+ e a seleção/uso de informações. Para cada salvaguarda, foram exemplificados elementos da interpretação nacional (ex.: PPCDAm como política “guarda-chuva”, participação e acesso à informação, direitos territoriais, mecanismos de denúncia, restauração e recuperação de ecossistemas, monitoramento da degradação, regularização fundiária e atenção ao deslocamento entre biomas).

A apresentação também descreveu a evolução metodológica: consolidação conceitual, a etapa de construção dos indicadores, incluindo oficinas regionais e um piloto (rodagem) para testá-los, quanto às fórmulas e fontes, seguida do momento atual de refino e revisão no âmbito do GTT Salvaguardas.

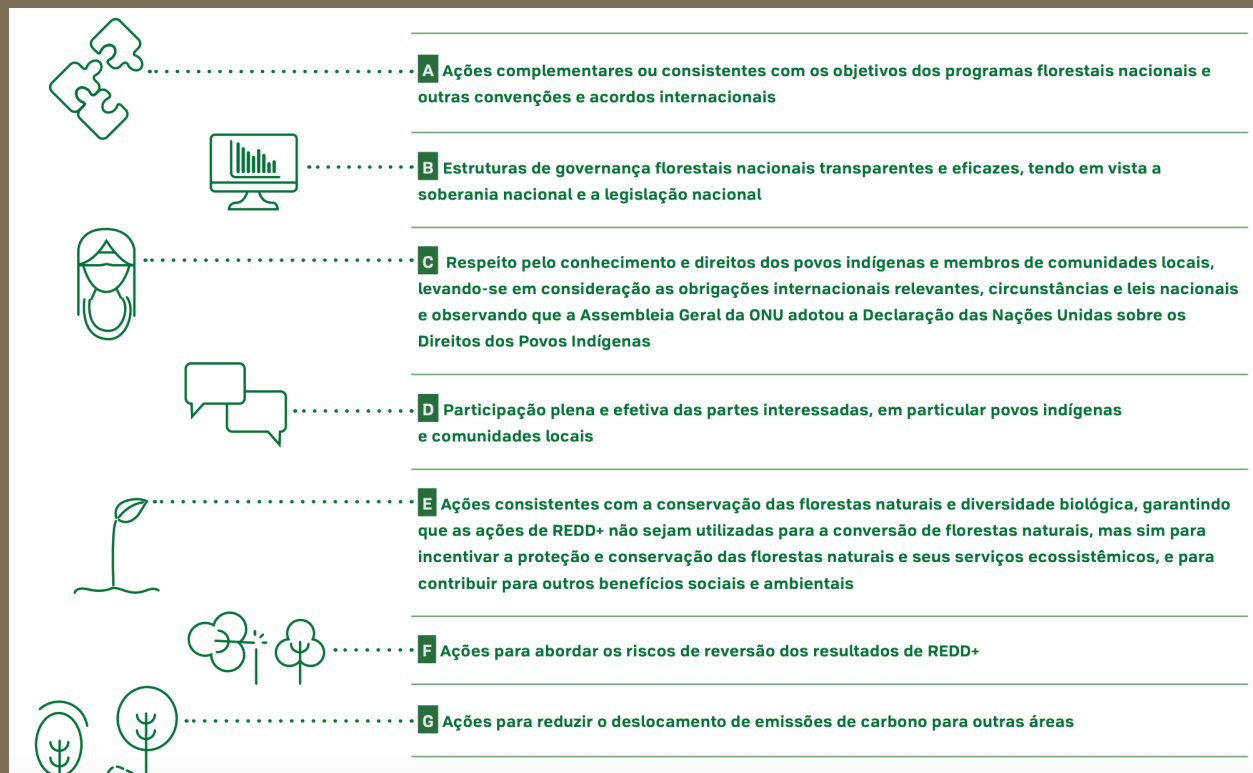
A fala explicitou ainda desafios recentes, isto é, que houve atraso na construção do terceiro SOI devido a contextos políticos e à falta de narrativa consistente em períodos de aumento do desmatamento. Além disso, explicou que o cenário de financiamento do REDD+ ficou mais complexo, com regras e exigências adicionais, expansão para abordagens de mercado e programas jurisdicionais subnacionais e necessidade de considerar os projetos privados, o que exige que o SISREDD+ não seja “o de 10 anos atrás”.

## ***"O cenário de financiamento do REDD+ ficou mais complexo"***



O encerramento conectou o SISREDD+ à revisão da Estratégia Nacional de REDD+, à consideração de diferentes biomas e atividades (incluindo degradação e remoções) e ao uso do sistema não apenas para fins de financiamento, mas também para orientar políticas florestais. Também foi mencionada a convergência com instrumentos do Acordo de Paris (Artigo 6, incluindo o SD tool do 6.4), tema que está no radar do MMA, e com a reestruturação institucional e fortalecimento de capacidades técnicas da Secretaria Executiva da CONAREDD+.

Figura 2. Salvaguardas de Cancún



Fonte: Extraído de MMA (2021)

### 3.3 Explicação e Diálogo sobre Indicadores

A apresentação, realizada por Isabel Tostes Ribeiro (Earth Innovation Institute – EII), teve como objetivo nivelar o conhecimento dos participantes para o trabalho de revisão das fichas de indicadores do SISREDD+ ao longo da Oficina. Inicialmente, foi explicado o propósito da manhã: oferecer uma base conceitual comum sobre o que são indicadores, para que servem e como podem ser classificados, de modo a qualificar as discussões em grupo na parte da tarde. A fala também trouxe resultados de um formulário prévio aplicado aos participantes (Figura 3), indicando que a maioria se autoavaliava com conhecimento intermediário ou alto em indicadores e já possuía alguma experiência prática, embora menos da metade tivesse atuação direta com indicadores de Salvaguardas de REDD+.

Em seguida, Isabel apresentou uma definição integrada de indicador, destacando que indicadores são instrumentos metodológicos representados por medidas quantitativas ou qualitativas, capazes de organizar informações relevantes sobre um objeto (objetivos, processos, programas ou políticas). Foi enfatizado que nem toda informação é um indicador: ela só se torna um indicador quando é relevante para a instituição, está associada a um objetivo e é acompanhada ao longo do tempo. Exemplos práticos foram usados para ilustrar a diferença entre dado bruto e indicador, reforçando o papel dos indicadores no monitoramento de metas, na transparência, na identificação de falhas, no estímulo ao desempenho e no apoio à tomada de decisão.

A apresentação abordou também formas de classificação de indicadores, com destaque para o posicionamento na cadeia de valor, que organiza os indicadores conforme a transformação de insumos em ações e resultados que chegam aos usuários.

A partir da cadeia de valor, foram detalhados os tipos de indicadores trabalhados no SISREDD+: indicadores de esforço (insumo, execução e eficiência) e de resultado (eficácia e efetividade). Isabel explicou a função de cada tipo, ilustrando com exemplos concretos do sistema, e ressaltou a importância de um sistema equilibrado, que não foque apenas em resultados finais nem apenas em processos, evitando tanto a expectativa passiva por bons resultados quanto a ênfase excessiva nos meios.

Por fim, a fala esclareceu que a Oficina não tinha como objetivo construir novos indicadores, mas sim revisar indicadores já existentes, selecionados a partir de critérios definidos previamente. Foi reconhecido que o conjunto atual não é plenamente equilibrado entre esforço e resultado, e que essa classificação interna é útil justamente para identificar lacunas, como situações em que há resultados sem processos claramente demonstrados (ou vice-versa). A apresentação encerrou reforçando que esses conceitos servem como insumo metodológico para a Oficina e para apoiar futuras aplicações do SISREDD+ em níveis subnacionais.



**"Nem toda  
informação  
é um  
indicador"**

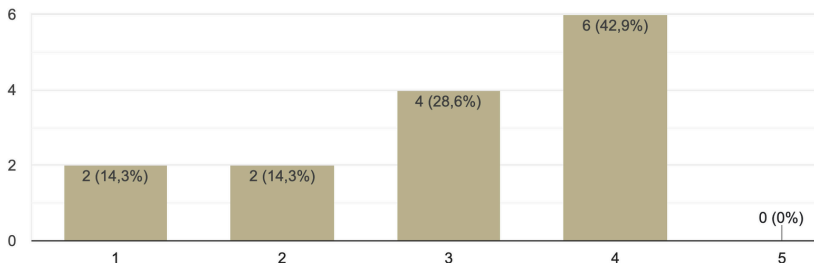
# Não confunda:

<b>Dado</b>	Elemento isolado, sem organização ou interpretação. Pode ser um número, uma imagem, um texto, etc. <i>Exemplo: 652.197.</i>
<b>Informação</b>	Dado que já passou por algum nível de organização e foi contextualizado. <i>Exemplo: A área desmatada no último ano no Cerrado, segundo o PRODES/INPE, foi de 652.197 hectares.</i>
<b>Indicador</b>	Aspecto crítico que precisa ser acompanhado em relação a um objetivo estabelecido pela organização. <i>Exemplo: Variação anual (%) do desmatamento no Cerrado.</i>

**Figura 3. Resultados do formulário de avaliação prévia do conhecimento sobre indicadores.**

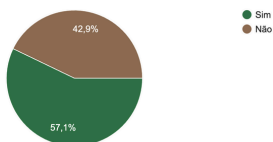
**Como você avalia o seu conhecimento sobre indicadores?**

14 respostas



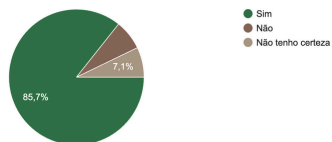
**Você já participou da construção ou de processo de revisão de indicadores?**

14 respostas



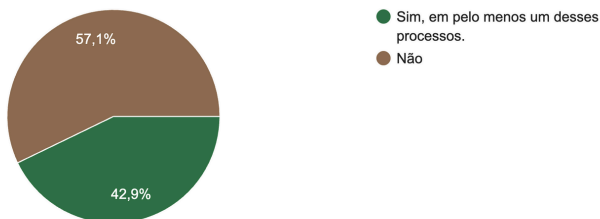
**Alguma vez, você já precisou usar indicadores no seu trabalho?**

14 respostas



**Você tem experiência específica na construção, revisão ou monitoramento de indicadores de Salvaguardas de REDD+?**

14 respostas



### 3.4 Apresentação e diálogo sobre o trabalho de revisão dos Indicadores do SISREDD+

Luiza Muccillo (Earth Innovation Institute – EII) apresentou o andamento e os principais resultados do trabalho de assessoramento ao MMA e ao PNUD voltado à estruturação e implementação do SISREDD+, com ênfase na revisão dos indicadores. Explicou que a Oficina se insere em um processo mais amplo e contínuo, que envolve o diálogo com os participantes sobre os resultados preliminares, momentos de devolutiva e validação inicialmente previstos junto ao GTT-Salvaguardas, mas que foram deliberadamente ampliados para incluir também membros da própria CONAREDD+, de seus demais Grupos de Trabalho Técnicos e outras partes interessadas, de modo a fortalecer a participação, o alinhamento institucional e a transparência do processo.

Destacou, ainda, que esse conjunto de etapas inclui uma nova rodada de monitoramento dos indicadores do SISREDD+, nos moldes do piloto realizado em 2022, e deverá gerar subsídios para a elaboração do terceiro Sumário de Informações (SOI), que o Brasil pretende submeter à Convenção do Clima em 2026. Esse Sumário relatará a evolução do SISREDD+ e de seus indicadores, bem como outros avanços relacionados à adoção e ao respeito às Salvaguardas de Cancún no país.

Na apresentação, foram descritos os principais componentes do trabalho realizados até o momento, incluindo o levantamento do histórico do SISREDD+ e da evolução dos indicadores; a aplicação de uma avaliação quantitativa (a ser detalhada no dia seguinte); a realização de reuniões bilaterais com instituições provedoras de dados; e os ajustes nas fichas técnicas dos indicadores considerados aptos, segundo critérios previamente definidos. Mencionaram-se, ainda, análises de convergência com políticas e instrumentos nacionais relevantes para o REDD+ — como PPCDAm, PPCerrado, PLANAVEG e Plano ABC+ — e o avanço na correlação com temas e indicadores de padrões internacionais para certificação de créditos de REDD+ jurisdicionais.

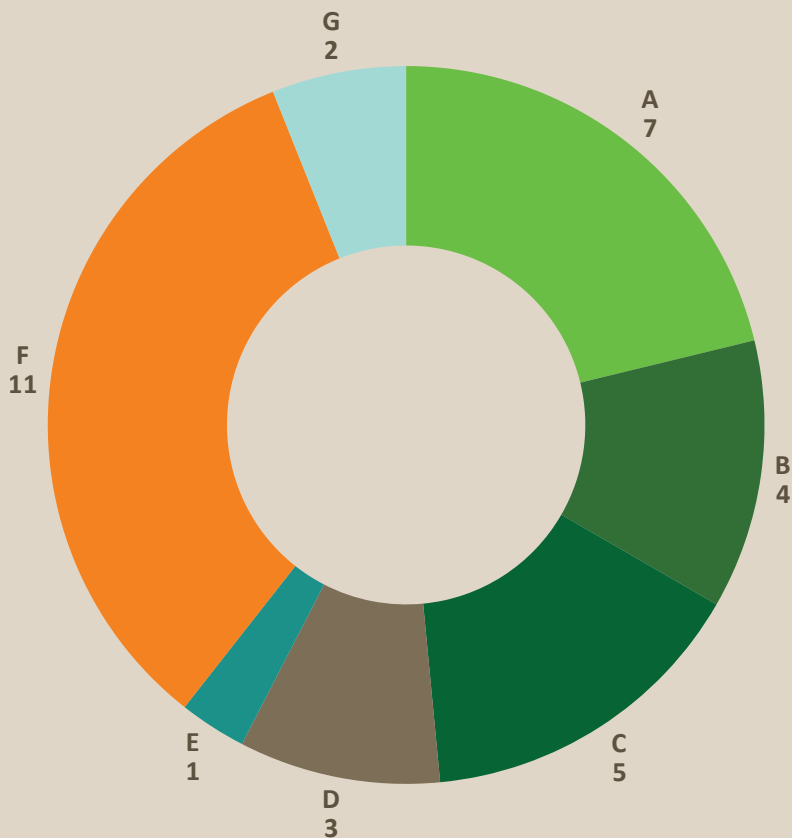
Um ponto central da fala foi a importância da rastreabilidade do processo participativo de construção dos indicadores. A equipe revisitou a documentação das oficinas realizadas em 2018 — incluindo as oficinas regionais participativas e a oficina técnica em Brasília. As oficinas participativas resultaram em 233 propostas de indicadores, que refletem expectativas e demandas do contexto da época. No entanto, muitas dessas propostas não puderam ser consolidadas, em razão da ausência de fontes oficiais, de limitações de mensuração ou da indisponibilidade de dados. Essas informações foram organizadas em uma Matriz de Evolução dos Indicadores que permite visualizar, para cada proposta, se ela foi mantida, desdobrada, descontinuada ou incorporada em etapas posteriores. A matriz foi disponibilizada aos participantes da Oficina através do [Guia Metodológico](#) compartilhado previamente.

Quanto à avaliação quantitativa, Luiza explicou que ela foi baseada em métodos consagrados de avaliação de indicadores em políticas públicas, com a aplicação de critérios padronizados, visando conferir maior objetividade ao processo e assegurar o registro transparente das decisões. Essa avaliação foi aplicada a 132 indicadores que apresentavam propostas mais desenvolvidas, incluindo o conjunto avaliado no monitoramento piloto realizado em 2022 (n = 19).

Como resultado do processo de revisão, Luiza informou que 33 indicadores foram considerados aptos. Destacou que a “aptidão” desses indicadores decorre do atendimento a critérios eliminatórios previamente definidos, incluindo: utilidade em relação aos objetivos do sistema, validade (capacidade de medir o que se propõe), confiabilidade das fontes e disponibilidade e frequência dos dados. Ao mesmo tempo, reconheceu-se que alguns indicadores ainda podem demandar ajustes finos em suas fórmulas de cálculo, em função do formato dos dados disponíveis — por exemplo, a manutenção de opções de cálculo agregadas e desagregadas quando a desagregação por segmento ainda não é plenamente viável — além da necessidade de reuniões bilaterais adicionais com alguns provedores de dados para confirmar aspectos operacionais.

Por fim, foi enfatizado que o foco do trabalho esteve no ajuste das fichas técnicas ao contexto atual e às fontes de dados disponíveis, bem como, quando necessário, na subdivisão de indicadores originalmente associados a múltiplos objetivos em componentes mais mensuráveis — como, por exemplo, a separação de diferentes dimensões da participação em espaços de governança. Também foi reconhecido um desequilíbrio na distribuição de indicadores entre as Salvaguardas, com maior concentração em algumas delas, como a Salvaguarda F, em parte em razão da maior disponibilidade e robustez de dados existentes (Figura 4). Por fim, reforçou-se a importância de analisar o conjunto de indicadores de forma integrada, considerando que muitos deles dialogam simultaneamente com mais de uma salvaguarda.

**Figura 4. Distribuição dos indicadores aptos discutidos na Oficina entre as Salvaguardas de Cancún**



## 3.5 Apresentação dos atributos da Ficha Técnica dos Indicadores

Isabel Tostes Ribeiro (EII) apresentou a ficha técnica dos indicadores como instrumento preparatório para a atividade de análise em grupo que seria feita no mesmo dia. Ela explicou que a ficha é essencial para documentar as características do indicador, garantir consistência no monitoramento e permitir que outras pessoas, no futuro, compreendam o que deve ser coletado, como o indicador é calculado e como pode ser reportado. Percorreu-se os principais atributos da ficha, usando um exemplo para ilustrar, como o Quadro a seguir ilustra.

**Quadro 1. Atributos da ficha técnica dos indicadores**

Atributo	Descrição
<b>Denominação</b>	Nome com que o indicador será apresentado às partes interessadas, de forma sucinta e clara. Pode incluir termos como número, percentual, coeficiente, dependendo da finalidade do indicador. Inicia com um código de identificação, que segue a lógica apresentada durante o processo participativo de construção de indicadores.
<b>Descrição</b>	Descreve o objetivo do indicador.
<b>Salvaguarda(s)</b>	Indica qual(is) Salvaguarda(s) de Cancún o indicador pretende monitorar.
<b>Abrangência geográfica</b>	É o menor nível territorial em que o indicador pode ser calculado. Pode ser, por exemplo, nacional, regional, estadual ou por bioma.
<b>Desagregabilidade</b>	Refere-se à possibilidade de desagregação do nível de análise para o indicador, podendo ser sociodemográfica (e.g., por grupos como gênero, idade, segmento social, setor da sociedade) ou espacial (e.g., por território, bioma, unidade de conservação ou outro recorte relevante).
<b>Unidade de medida</b>	Padrão escolhido para a mensuração do indicador, por exemplo, número, porcentagem, coeficiente.
<b>Fórmula de cálculo</b>	Descreve através de expressão matemática o modo de calcular o indicador, a partir das suas variáveis.
<b>Fonte(s) de dados</b>	Órgão ou instituição responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para apuração e divulgação periódica dos indicadores.
<b>Periodicidade de apuração</b>	Frequência com a qual o indicador é apurado, por exemplo: anual (apurado uma vez ao ano); mensal (apurado uma vez ao mês); bienal (apurado a cada dois anos). Deve ter como base racional a frequência com que os dados são produzidos e coletados.

## 3.6 Apresentação do conjunto atual de Indicadores do SISREDD+

Antes do início da atividade de avaliação dos indicadores, Luiza Muccillo (EII) apresentou brevemente aos participantes o conjunto de indicadores que seriam trabalhados, como mostra o Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2 - Lista dos indicadores do SISREDD+ apresentados durante a Oficina**

### Salvaguarda A: Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais

A11. Emissões de Gases de Efeito Estufa do Setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas

1A.1 Implementação dos Planos Federais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQs)

1A.2 Implementação dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQs)

2A.1. Território Nacional com Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) federais

2A.2. Território Nacional com Zoneamentos Ecológico-Econômicos estaduais (ZEEs)

3A.1 Número de entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamentos por resultados de REDD+

3A.2 Percentual de limites captados pelas entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamento por resultados de REDD+

### Salvaguarda B: Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional

2B. Caracterização da participação da sociedade civil em espaços de governança florestal

3B.1 Participação por gênero em espaços de governança florestal

3B.2 Participação por faixa etária em espaços de governança florestal

3B.3 Participação de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em espaços de governança florestal

**Quadro 2 (continuação) - Lista dos indicadores do SISREDD+ apresentados durante a Oficina.**

**Salvaguarda C: Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**

C15. Recursos de pagamentos por resultados de REDD+ aplicados na implementação de instrumentos de gestão ambiental e territorial

C20.1 Percentual de Terras Indígenas homologadas ou regularizadas

C20.2 Percentual de Territórios Quilombolas com regularização fundiária concluída

C20.3 Percentual de Assentamentos da Reforma Agrária com regularização fundiária concluída

1C. Recursos de pagamentos por resultados de REDD+ destinados à Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

**Salvaguarda D: Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais**

D1. Número de acessos aos canais institucionais de divulgação de informações dos programas jurisdicionais de REDD+

D6. Caracterização das manifestações recebidas pelas ouvidorias e canais de comunicação vinculados a programas de REDD+

D23. Eficiência de resposta dos canais de comunicação de REDD+

**Salvaguarda E: Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais**

E16. Percentual de unidades amostrais mensuradas do Inventário Florestal Nacional (IFN-BR)

**Quadro 2 (continuação) - Lista dos indicadores do SISREDD+ apresentados durante a Oficina.**

**Salvaguarda F: Ações para abordar os riscos de reversão dos resultados de REDD+**

F3. Eficácia do Cadastro Ambiental Rural

F (novo) 1. Área de Unidades de Conservação afetada por atos de desafetação ou redução de limites

F (novo) 2. Operações de fiscalização ambiental e inteligência

F5.1 Variação anual da área protegida em UCs de Proteção Integral

F5.2 Variação anual da área protegida em UCs de Uso Sustentável

1F.1 Variação anual do desmatamento na Amazônia

1F.2 Variação anual do desmatamento no Cerrado

2F.1 Variação anual da área de degradação detectada na Amazônia

2F.2 Variação anual da área de degradação detectada no Cerrado

4F. Processos de responsabilização administrativa por infração contra a flora

3F. Efetividade de Unidades de Conservação federais

**Salvaguarda G: Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas**

1G. Cobertura do território nacional com sistemas de monitoramento dos biomas brasileiros

2G. Recursos de pagamento por resultados de REDD+ investidos em cadeias produtivas da sociobiodiversidade

## 3.7 Atividade em Grupos para avaliação dos indicadores

A atividade de avaliação coletiva dos indicadores foi estruturada como um exercício participativo em grupos, com o objetivo de analisar a adequação do conjunto de indicadores do SISREDD+ aos objetivos das Salvaguardas de Cancún.

Para tanto, os participantes foram organizados em três grupos, de modo que todos tivessem a oportunidade de analisar indicadores associados a todas as Salvaguardas ao longo da atividade. A composição dos grupos e a distribuição das Salvaguardas foram definidas buscando um equilíbrio no número de indicadores analisados por rodada, mantendo, sempre que possível, a coerência temática entre Salvaguardas (A e E; B, C e D; F e G). Cada rodada de trabalho teve duração de 40 minutos, com rotação dos grupos entre as salas e permanência dos moderadores até que todos os conjuntos de indicadores fossem avaliados por todos os participantes.

Em cada rodada, os grupos receberam como insumos analíticos:

- o texto da salvaguarda e seus respectivos objetivos, sintetizados a partir da interpretação brasileira das Salvaguardas de Cancún;
- as fichas técnicas dos indicadores, contendo atributos como denominação, descrição, Salvaguardas associadas, abrangência geográfica, desagregabilidade, unidade de medida, fórmula de cálculo, fonte de dados e periodicidade; e
- o Guia Metodológico que, além de informações conceituais sobre Salvaguardas, continha os links para acesso às fichas técnicas, de modo a facilitar a leitura conjunta e a discussão.

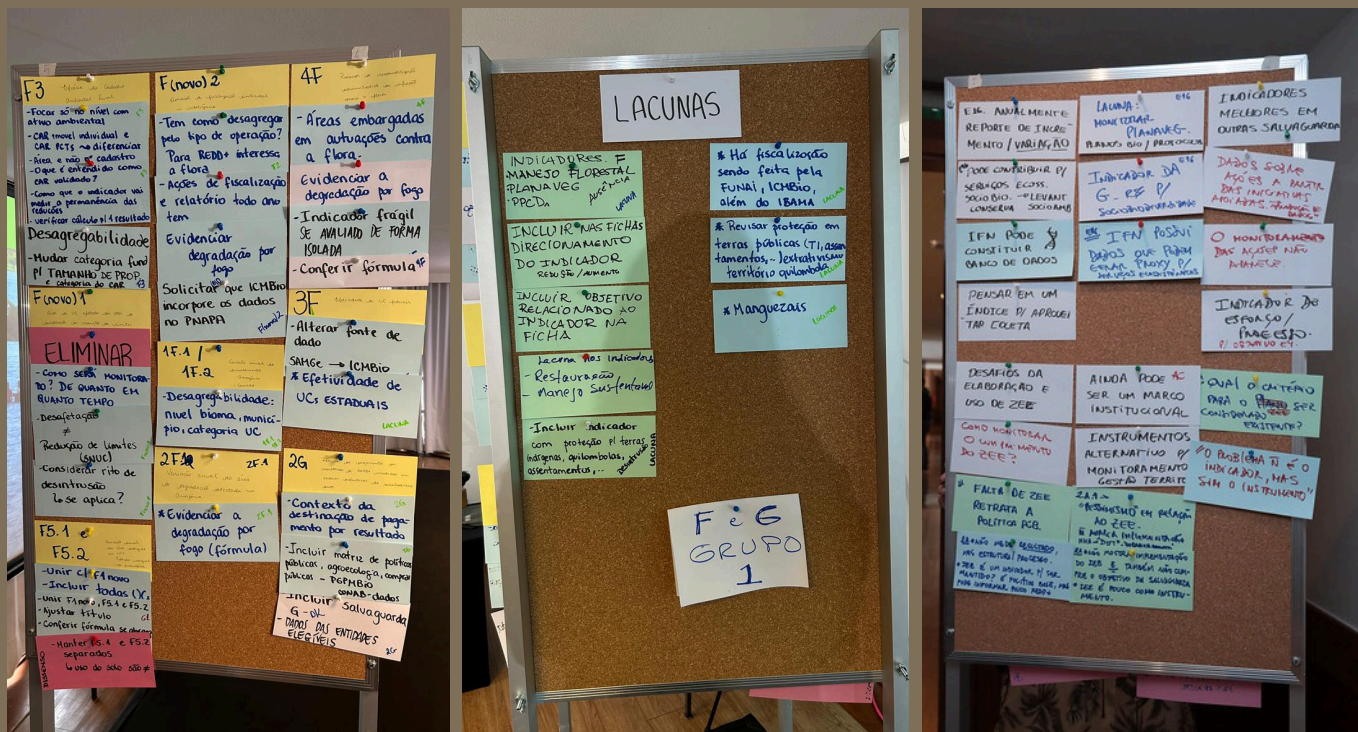
Em cada grupo, a análise e os diálogos foram orientados por três questões principais:

- Quais objetivos desta salvaguarda os indicadores ajudam a medir?
- Há algum objetivo da salvaguarda que não está sendo monitorado pelos indicadores atuais?
- Se sim, que dados poderiam ser utilizados para monitorar esse objetivo?

Além disso, justamente em razão de o conjunto de indicadores analisado ser resultado de um processo participativo iniciado em 2017–2018, a abordagem metodológica adotada na Oficina foi orientada à revisão e qualificação dos indicadores existentes, e não à criação de novos. Assim, não se buscou a formulação de novos indicadores nem a reformulação integral das fichas técnicas durante a dinâmica, mas sim a identificação sistemática de lacunas, ajustes necessários e percepções dos participantes, as quais seriam posteriormente consolidadas pela equipe técnica como subsídio para as etapas seguintes do processo de revisão do SISREDD+.

Durante as sessões, as contribuições dos participantes foram anotadas em tarjetas e organizadas em painéis pelos moderadores (Figura 5).

Figura 5. Exemplos de contribuições consolidadas durante as sessões de trabalho em grupo.



## 3.8 Apresentações dos Grupos e diálogo em plenária

Após a realização de três rodadas de trabalho em grupos, nas quais todos os participantes tiveram a oportunidade de revisar e dialogar sobre o conjunto completo de indicadores analisados na Oficina, os moderadores de cada grupo apresentaram os principais resultados em plenária. Essas apresentações destacaram os aspectos positivos identificados nos indicadores, com ênfase nas recomendações para seu aprimoramento e na identificação de lacunas ainda existentes, permitindo o compartilhamento das diferentes perspectivas e a construção de uma síntese coletiva para orientar as etapas seguintes do processo de revisão do SISREDD+.



A planilha disponibilizada [neste link](#), apresentada em pré-visualização abaixo (Figura 6), sintetiza as principais contribuições dos participantes, organizadas por salvaguarda.

Figura 6. Visualização em miniatura das contribuições coletadas e organizadas durante as sessões de trabalho em grupo.

Salvaguarda	Pontos positivos	Lacunias	Recomendações / dados apontados
A	- Indicadores existentes dialogam com compromissos nacionais e internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cobertura limitada da salvaguarda A, com poucos indicadores diretamente associados;</li> <li>- Limitação em demonstrar a complementariedade entre políticas públicas considerando apenas a fase ou o status dos PPCDs;</li> <li>- Ausência de indicadores que cubram outros compromissos internacionais, além da NDC e do Acordo de Paris;</li> <li>- Dúvidas quanto ao enquadramento dos indicadores de entidades elegíveis e captação de recursos na Salvaguarda A (associação possível com transparência);</li> <li>- Falta de leitura integrada a partir de uma matriz de políticas públicas;</li> <li>- Questionamento sobre o número de entidades elegíveis se configurar como o único resultado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustar o indicador A11 para evidenciar variação/redução de emissões, alinhando-o mais claramente ao objetivo da salvaguarda;</li> <li>- Desenvolver indicadores capazes de demonstrar complementariedade de políticas, especialmente por meio do monitoramento de ações;</li> <li>- Tornar as fichas dos indicadores de PPCDs mais claras (1A.1, 1A.2), especialmente quanto às unidades de medida e fases;</li> <li>- Ampliar o escopo dos indicadores de planos para outros instrumentos, além dos PPCDs;</li> <li>- Considerar a revisão periódica da elegibilidade das entidades como indicador mais adequado;</li> <li>- Avançar na utilização de uma matriz de políticas públicas para apoiar a análise da salvaguarda.</li> </ul>
B	- Reconhecimento de que os indicadores atuais capturam representatividade (segmentos, gênero, faixa etária, PIPCTAFs) nos espaços de governança;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de indicadores para medir: transparência das estruturas de governança; eficácia dessas estruturas.</li> <li>- Indicadores existentes focam em presença/assento, mas não avaliam: a qualificação da participação; o nível de influência efetiva dos diferentes segmentos.</li> <li>- Falta de indicadores que avaliem: o funcionamento das ouvidorias como instrumento de governança; a publicidade e acessibilidade das informações (atas, documentos, decisões);</li> <li>- Transparência limitada à publicação formal: documentos podem estar disponíveis, mas não necessariamente compreensíveis;</li> <li>- Indicadores atuais estão excessivamente vinculados à implementação via pagamentos por resultados, não refletindo o contexto atual mais amplo de REDD+ no Brasil (jurisdicional, mercado voluntário, projetos privados).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar fontes de dados como: atas com decisões claras e alinhadas aos objetivos das estruturas; registros de acesso a reuniões e documentos; informações sobre recursos destinados à participação (logística, formação).</li> <li>- Desenvolver indicadores que avaliem: transparência substantiva (compreensão das decisões); eficácia das estruturas em relação a seus objetivos.</li> <li>- Incluir indicadores de processo para as ouvidorias: formação de servidores; divulgação dos canais; capacidade de identificar e encaminhar demandas relacionadas a REDD+, mesmo quando não explicitadas como tal;</li> <li>- Alinhar indicadores ao artigo 22 da Resolução CONAREDD+ nº 19/2025, sobre ouvidorias.</li> </ul>
C	- Indicadores voltados à regularização fundiária (TI, Quilombos, assentamentos) dialogam com objetivos centrais da salvaguarda.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores focam apenas nas fases finais da regularização fundiária;</li> <li>- Ausência de indicadores para: monitorar o progresso do processo de regularização; avaliar a regularização ambiental (especialmente em assentamentos);</li> <li>- Falta de indicadores sobre: respeito ao conhecimento tradicional; respeito à autodeterminação;</li> <li>- Ausência de indicadores para avaliar: consulta prévia, livre e informada (CLPI) como processo (e não apenas evento);</li> <li>- Dificuldade de identificar fontes oficiais de dados para alguns objetivos, especialmente conhecimento tradicional e autodeterminação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustar indicadores de regularização fundiária para: incluir etapas intermediárias do processo; considerar diferentes categorias de assentamentos;</li> <li>- Incluir avaliação da regularização ambiental, especialmente em projetos de assentamento;</li> <li>- Considerar indicador sobre: destinação de recursos de REDD+ para regularização fundiária, além de instrumentos de gestão;</li> <li>- Avaliar possibilidade de uso de: dados primários; fontes alternativas, quando inexistirem fontes oficiais;</li> <li>- Desenvolver indicadores que avaliem o processo completo da CLPI, incluindo esforços prévios e continuidade.</li> </ul>
D	- Reconhecimento de que os indicadores atuais capturam aspectos de representatividade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de indicadores para medir: participação efetiva, para além da presença formal; formação e capacitação dos participantes;</li> <li>- Falta de indicadores sobre: acesso a informações compreensíveis; fortalecimento comunitário; multiplicação do conhecimento adquirido;</li> <li>- Ausência de indicadores que avaliem a participação: no desenho; na implementação; no monitoramento dos programas;</li> <li>- Predominância de indicadores de resultado, com poucos indicadores de processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver indicadores de processo que avaliem: investimentos em formação; divulgação e acessibilidade da informação; uso e disseminação do conhecimento nos territórios;</li> <li>- Considerar ouvidorias como fonte para avaliar: demandas por participação; dificuldades de acesso à informação;</li> <li>- Avaliar indicadores que capturem a participação ao longo de todas as fases das políticas, e não apenas em momentos pontuais.</li> </ul>
E	- Existência de uma base de dados robusta associada ao IFN;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de apenas um indicador associado à Salvaguarda E;</li> <li>- Indicador do IFN mostra principalmente a proporção de unidades amostradas, sem explorar outras informações disponíveis;</li> <li>- Lacuna na incorporação de aspectos mais qualitativos das unidades amostradas;</li> <li>- Necessidade de ampliar a abordagem para além do IFN, especialmente no tema da restauração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explorar melhor a base de dados do IFN, utilizando informações adicionais já existentes;</li> <li>- Incluir, no 4E, informações sobre áreas embargadas em autuações contra a flora;</li> <li>- Considerar a incorporação de outros instrumentos, como o PLANAVEG, para cobrir objetivos da salvaguarda E;</li> <li>- Ampliar a análise para incluir instrumentos de gestão territorial efetivamente implementados.</li> </ul>
F	- Discussão prática sobre provedor e acesso a dados (SAMGe/ICMBio), com informações de que há dados brutos anuais sobre a efetividade das UCs florestais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2F.1 e 2F.2 (degradação): necessidade de evidenciar melhor a degradação associada ao fogo;</li> <li>- 4F (responsabilização administrativa): indicador considerado frágil quando analisado isoladamente, além de problemas identificados na fórmula;</li> <li>- Ausência de indicadores que tratem especificamente de: manejo florestal sustentável; restauração florestal; PLANAVEG; PPCDs como fontes ou referências;</li> <li>- Ausência de indicadores sobre: manguezais; efetividade de Unidades de Conservação estaduais.</li> <li>- Falta de clareza, nas fichas, quanto ao direcionamento esperado do indicador (redução ou aumento);</li> <li>- Falta de indicadores específicos voltados à proteção de Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos;</li> <li>- Inexistência de indicadores que evidenciem desafetagem direcionada a esses territórios;</li> <li>- Indicadores de fiscalização não refletem plenamente que ações não são realizadas apenas pelo IBAMA, mas também por FUNAI e ICMBio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustar fórmulas dos indicadores de degradação para incorporar explicitamente a aquela por fogo;</li> <li>- Incluir, no 4F, informações sobre áreas embargadas em autuações contra a flora;</li> <li>- Revisar fórmulas identificadas como equivocadas;</li> <li>- Ajustar a ficha do 3F quanto à identificação do provedor de dados (SAMGe/ICMBio);</li> <li>- Inserir, nas fichas, o objetivo e o sentido esperado do indicador (ex.: redução, aumento);</li> <li>- Considerar a inclusão de indicadores ou fontes relacionadas à restauração, manejo sustentável e políticas setoriais;</li> <li>- Avaliar inclusão de indicadores sobre UCs estaduais;</li> <li>- Reconhecer e refletir, nos indicadores, a atuação de FUNAI e ICMBio na fiscalização.</li> </ul>
G	- Relevância reconhecida do indicador 2G.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicador atualmente não contextualiza suficientemente a destinação dos pagamentos por resultados;</li> <li>- Ausência de articulação explícita com: matriz de políticas públicas; agroecologia; compras públicas;</li> <li>- Necessidade de melhor articulação com dados das entidades elegíveis;</li> <li>- Identificação de lacunas temáticas compartilhadas com a Salvaguarda F.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir, na análise do 2G, referências à matriz de políticas públicas.</li> <li>- Incorporar políticas e instrumentos como: PGPm-Bio; agroecologia; compras públicas.</li> <li>- Utilizar dados da CONAB como complemento à análise do indicador;</li> <li>- Articular o indicador com informações sobre entidades elegíveis.</li> </ul>

### 3.9 Apresentação da Matriz de Avaliação Quantitativa

A apresentação, realizada por Isabel Tostes Ribeiro (EII), teve como objetivo **introduzir e contextualizar a abordagem metodológica de avaliação quantitativa de indicadores**, também conhecida como análise de trade-off.

Inicialmente, foram apresentados os resultados de uma pergunta do formulário prévio enviado aos participantes, que buscava identificar as características percebidas como próprias de bons indicadores. As respostas destacaram aspectos como fidelidade à realidade, mensurabilidade e clareza, reforçando a compreensão de que os indicadores devem ser, ao mesmo tempo, robustos e operacionalmente viáveis.

Em seguida, foi apresentada a lógica de análise de conjuntos de indicadores candidatos, baseada na distinção entre dois tipos de critérios:

- Critérios eliminatórios, que devem ser obrigatoriamente atendidos para que um indicador seja mantido no sistema; e
- Critérios classificatórios, utilizados para comparar e ranquear indicadores de forma quantitativa e ponderada, reduzindo a subjetividade no processo de seleção.

Destacou-se que essa abordagem contribui para um processo mais transparente, rastreável e documentado, além de permitir a definição de critérios específicos conforme o sistema ou política analisados. No caso do SISREDD+, ressaltou-se que esses critérios foram definidos a partir de reuniões técnicas entre as equipes do MMA, do PNUD e do EII.

A apresentação também detalhou os **critérios eliminatórios** adotados — **utilidade, validade ou representatividade, confiabilidade da fonte e disponibilidade de dados (Quadro 3)** — e explicou que sua aplicação consiste em avaliar o atendimento de cada indicador a esses requisitos.

Para isso, é adotado um **sistema de classificação binária (0/1)**, em que:

- o valor “1” indica que o indicador atende plenamente ao critério analisado; e
- o valor “0” representa o não atendimento ou a insuficiência de informações para aferir o cumprimento do critério.

Isabel explicou que a avaliação de atendimento aos critérios eliminatórios foi realizada entre a equipe de trabalho, sendo a etapa seguinte, de avaliação dos critérios classificatórios, o foco da Oficina.

**Quadro 3. Critérios eliminatórios selecionados para avaliar os indicadores do SISREDD+**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Utilidade</b>	O indicador comunica o objetivo que se deseja alcançar? Traz informações que apoiam decisões?	Indicador que mostra como estados implementam políticas nacionais é útil, pois ajuda a identificar avanços e lacunas.  Número de reuniões realizadas pelos programas de REDD+ não reflete cumprimento de salvaguardas, não orienta decisões (e.g., participação).
<b>Validade / Representatividade</b>	O indicador realmente mede aquilo que se quer medir?	Usar apenas dados do CAR para medir respeito a direitos territoriais não é representativo, pois o cadastro não é um instrumento de regularização fundiária.
<b>Confiabilidade da fonte</b>	A fonte dos dados é segura e reconhecida?	Indicadores que utilizam dados oficiais (ex.: SFB, ICMBio) são mais confiáveis.
<b>Disponibilidade</b>	Os dados já existem? Podem ser usados agora?	Indicadores baseados no DETER têm alta disponibilidade, pois os dados são produzidos em tempo quase real e de forma pública.
<b>Clareza</b>	O indicador é fácil de entender, sem margem para interpretações diferentes?	Um indicador que pretende medir “respeito aos direitos territoriais” pode ficar pouco claro se não especificar quais direitos estão sendo considerados (ex.: demarcação).

Isabel explicou, então, que foram adotados seis **critérios classificatórios: estabilidade, sensibilidade, desagregabilidades sociodemográfica e espacial e mensurabilidade (Quadro 4)**. No caso desses critérios, primeiramente, são atribuídos pesos que indicam o grau de importância que têm para o sistema em questão, o que foi feito previamente pelas equipes do MMA, do PNUD e do EII.

**Quadro 4. Critérios classificatórios seleccionados para avaliar os indicadores do SISREDD+**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Estabilidade</b>	O indicador permite comparações ao longo do tempo?	Se o indicador depende de um programa governamental que pode ser interrompido, sua série histórica pode ser comprometida.
<b>Sensibilidade</b>	O indicador consegue detectar mudanças importantes, mesmo pequenas?	Um indicador que meça número de denúncias de violações de direitos pode mostrar tendências emergentes rapidamente.
<b>Desagregabilidade sociodemográfica</b>	É possível ver resultados por gênero, idade, grupo social?	Indicador de beneficiários de REDD+ que mostra resultados por cada segmento tradicional tem boa desagregabilidade sociodemográfica.
<b>Desagregabilidade espacial</b>	É possível separar por bioma, território, UC, estado etc.?	Indicador que meça a área desmatada por estado tem boa desagregabilidade espacial.
<b>Mensurabilidade</b>	É possível calcular o indicador sempre que necessário, com método claro e possível de ser reproduzido?	Um indicador que define exatamente as fontes, o período de análise e o cálculo permite que qualquer técnico consiga reproduzi-lo, encontrando os mesmos resultados.

Definido o grau de importância de cada critério, a aplicação, focada apenas nos indicadores considerados aptos (i.e., aprovados pelos critérios eliminatórios), deve partir da atribuição de valores que representam o grau de atendimento dos indicadores a esse critérios: 0, indicador não atende ao critério; 1, indicador atende parcialmente; 2, indicador atende totalmente; ou N/A, quando o critério não for relevante para o indicador em questão (e.g., indicador sobre desmatamento não pode ser desagregado por segmento social, e, portanto, o critério de desagregabilidade sociodemográfica não se aplicaria).

A matriz de análise quantitativa utilizada para operacionalizar a avaliação foi apresentada aos participantes (Figura 7), com a explicação de que essa estrutura possibilita comparar indicadores de maneira objetiva, ponderando ganhos e limitações, evitando escolhas arbitrárias e priorizando um conjunto mais enxuto e robusto de indicadores.

**Figura 7. Exemplo de matriz de análise quantitativa**

Matriz de priorização	Eliminatórios				Classificatórios					
	C1. Utilidade	C2. Validade	C3. Conf. da fonte	C4. Disponibilidade	C5. Clareza	C6. Estabilidade	C7. Sensibilidade	C8. D. sociodemográfica	C9. D. espacial	C10. Mensurabilidade
A11. Nível de emissões de carbono.	1	1	1	1	7	5	3	7	9	3
A14. Instrumentos de cooperação celebrados com os estados da Amazônia Legal para implementação do Zoneamento Ecológico Econômico	0	0	0	0	7	5	3	7	9	3
A17. Políticas públicas/financiamentos que estimulam desmatamento, mesmo que legal	0	0	1	1	7	5	3	7	9	3
B3. Ouvidoria de REDD+ implementada	1	0	0	0	7	5	3	7	9	3

Conforme mencionado, a avaliação de atendimento dos critérios classificatórios foi realizada no segundo dia da Oficina. Os participantes foram organizados em três grupos de trabalho, cada um responsável por analisar um conjunto equilibrado de indicadores vinculados a diferentes Salvaguardas, de modo a ampliar a diversidade de perspectivas na análise. As avaliações sobre o grau de atendimento de cada indicador aos critérios definidos foram construídas de forma consensual nos grupos e sistematizadas em planilhas pelos moderadores.

### 3.10 Atividades em Grupos (Matriz de Avaliação Quantitativa)

Os valores atribuídos pelos participantes a cada indicador estão disponíveis  [neste arquivo](#) e os resultados da avaliação são apresentados a seguir em ordem decrescente de pontuação ponderada. Dado que uma parcela expressiva dos indicadores apresentou critérios considerados não aplicáveis (24), a pontuação final foi calculada com base na média ponderada ( $S$ , fórmula abaixo), obtida a partir da soma das notas atribuídas a cada critério aplicável, multiplicadas pelos respectivos pesos, dividida pela soma dos pesos apenas dos critérios aplicáveis. Dessa forma, apenas os critérios pertinentes à natureza e ao escopo de cada indicador contribuíram para o resultado final, preservando a lógica de ponderação adotada e evitando distorções decorrentes da inclusão de critérios não aplicáveis. Essa abordagem assegura maior consistência metodológica e comparabilidade entre os indicadores avaliados.

$$S = \frac{\sum_{j=1}^J I_j \times P_j \times N_j}{\sum_{j=1}^J I_j \times P_j},$$

em que, para cada critério  $j$ :

$N_j$  = **nota atribuída** ao critério  $j$

$P_j$  = **peso** do critério  $j$

$I_j$  = **indicador de aplicabilidade**, definido como:

$$I_j = \begin{cases} 0, & \text{se critério } j \text{ N/A} \\ 1, & \text{se critério } j \text{ aplicável} \end{cases}$$

**Tabela 3. Pontuação ponderada dos indicadores avaliados na Oficina de Indicadores do SISREDD+ (valores arredondados).**

<b>Indicador</b>	<b>Pontuação ponderada</b>
3A.1 Número de entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamentos por resultados de REDD+	2
C20.1 Percentual de Terras Indígenas homologadas ou regularizadas	2
F3. Eficácia do Cadastro Ambiental Rural	2
1G. Cobertura do território nacional com sistemas de monitoramento dos biomas brasileiros	2
1F.1 Variação anual do desmatamento na Amazônia	2
2F.1 Variação anual da área de degradação detectada na Amazônia	2
2A.2. Território Nacional com Zoneamentos Ecológico-Econômicos estaduais (ZEEs)	2
3A.2 Percentual de limites captados pelas entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamento por resultados de REDD+	2
F (novo) 2. Operações de fiscalização ambiental e inteligência	2
F5.1 Variação anual da área protegida em UCs de Proteção Integral	2
2B. Caracterização da participação da sociedade civil em espaços de governança florestal	1,9
1A.1 Implementação dos Planos Federais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQs)	1,9
F5.2 Variação anual da área protegida em UCs de Uso Sustentável	1,9
3B.1 Participação por gênero em espaços de governança florestal	1,8
3B.3 Participação de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em espaços de governança florestal	1,8
C15. Recursos de pagamentos por resultados de REDD+ aplicados na implementação de instrumentos de gestão ambiental e territorial	1,8
2A.1. Território Nacional com Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) federais	1,8

**Tabela 3 (continuação). Pontuação ponderada dos indicadores avaliados na Oficina de Indicadores do SISREDD+ (valores arredondados).**

Indicador	Pontuação ponderada
E16. Percentual de unidades amostrais mensuradas do Inventário Florestal Nacional (IFN-BR)	1,7
1F.2 Variação anual do desmatamento no Cerrado	1,7
2F.2 Variação anual da área de degradação detectada no Cerrado	1,7
3F. Efetividade de Unidades de Conservação federais	1,7
3B.2 Participação por faixa etária em espaços de governança florestal	1,7
D23. Eficiência de resposta dos canais de comunicação de REDD+	1,6
4F. Processos de responsabilização administrativa por infração contra a flora	1,6
A11. Emissões de Gases de Efeito Estufa do Setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas	1,6
D1. Número de acessos aos canais institucionais de divulgação de informações dos programas jurisdicionais de REDD+	1,5
1A.2 Implementação dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQs)	1,5
C20.2 Percentual de Territórios Quilombolas com regularização fundiária concluída	1,3
F (novo) 1. Área de Unidades de Conservação afetada por atos de desafetação ou redução de limites	1,3
1C. Recursos de pagamentos por resultados de REDD+ destinados à Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	1,2
D6. Caracterização das manifestações recebidas pelas ouvidorias e canais de comunicação vinculados a programas de REDD+	1,1
2G. Recursos de pagamento por resultados de REDD+ investidos em cadeias produtivas da sociobiodiversidade	0,6

### 3.11 Avaliação da Oficina pelos Participantes

Ao final da Oficina de Indicadores do SISREDD+, foi aplicado um questionário de avaliação com o objetivo de captar a percepção dos participantes quanto à clareza das apresentações, ao nível de engajamento nas atividades, à consideração de suas contribuições e ao atendimento dos objetivos propostos. Para isso, foram utilizadas respostas em cinco níveis, sendo 1 a percepção mais negativa e 5 a mais positiva. Os destaques de comentários e resultados apresentados a seguir oferecem uma visão geral do grau de satisfação com a Oficina, bem como apontam aspectos positivos e oportunidades de aprimoramento relevantes para o aperfeiçoamento de futuras atividades participativas no âmbito do SISREDD+.

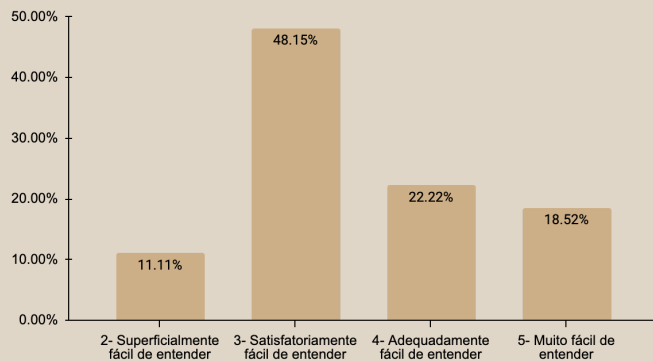
**"O evento foi muito positivo e esclarecedor em relação ao processo REDD+."**

**"Para algumas atividades seria necessário mais tempo de debate."**

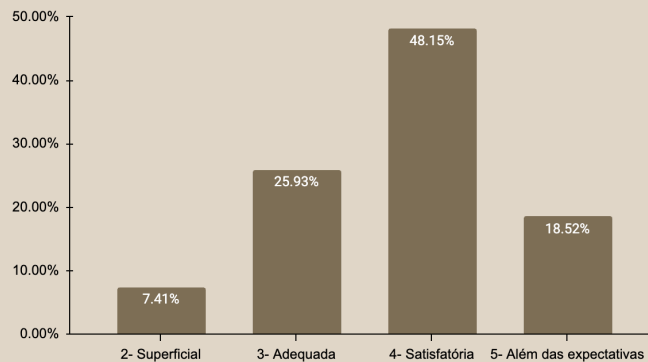
**"Manter um canal participativo ativo da CONAREDD+ é essencial."**

**"Queria parabenizar pelo refinamento dos indicadores, sem dúvida um trabalho excelente, mas gostaria de salientar a importância de devolutiva sobre os itens que sentimos falta."**

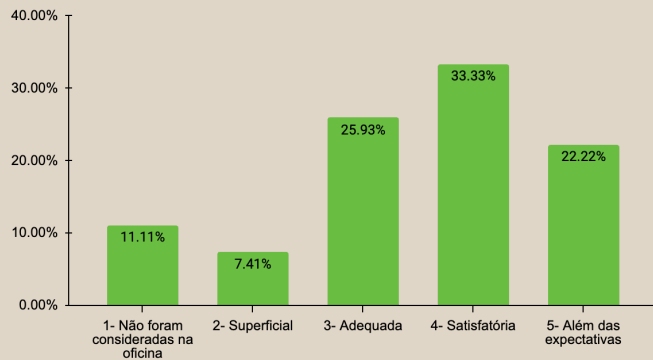
A oficina foi...



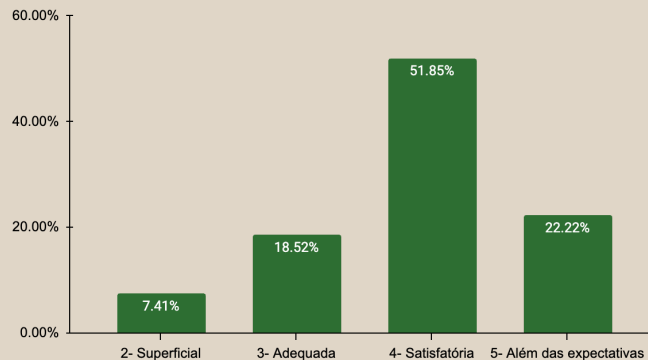
Consegui participar e me engajar das atividades de maneira...



Minhas ideias/opiniões/sugestões foram consideradas de maneira...



O conteúdo e a atividade atenderam o objetivo da oficina de maneira...





04

Próximos Passos

A Oficina de Indicadores do SISREDD+ marcou uma etapa central do processo de revisão e qualificação do conjunto de indicadores, permitindo a coleta estruturada de contribuições sobre lacunas, ajustes necessários e recomendações para seu aprimoramento. As análises e percepções compartilhadas nas atividades em grupo e em plenária constituem insumos fundamentais para a consolidação do Sistema.

A partir da Oficina, as equipes técnicas do EII, do MMA e do PNUD darão continuidade à revisão do conjunto de indicadores, incorporando de forma sistemática as contribuições recebidas. Esse trabalho subsidiará a elaboração do Relatório Técnico de Subsídios para o 3º Sumário Nacional de Informações sobre Salvaguardas, reunindo análises sobre a evolução do SISREDD+, a revisão da ENREDD+ e a adoção das Salvaguardas de Cancún no âmbito do REDD+ no Brasil.

Em paralelo, avançarão as atividades de consolidação final dos indicadores e de aprimoramento das ferramentas de monitoramento, com vistas à realização de um novo monitoramento piloto para o período de 2022–2025. Essa etapa permitirá testar a operacionalização do conjunto revisado, analisar sua compatibilidade com padrões internacionais e com a legislação nacional e gerar evidências para o fortalecimento do SISREDD+.

Os resultados dessas etapas serão novamente apresentados e discutidos no âmbito do GTT-Salvaguardas e da CONAREDD+, assegurando a continuidade do processo participativo, a transparência das decisões e o alinhamento institucional.

Além disso, as percepções registradas na avaliação da Oficina — como a demanda por mais tempo de debate, continuidade dos espaços participativos e maior sistematização das contribuições — já estão sendo consideradas no planejamento das próximas etapas de consolidação do SISREDD+.



Earth  
Innovation  
Institute

PROJETO  
**FLORESTA+**  
AMAZONIA



GREEN  
CLIMATE  
FUND



UN  
CLIMATE  
CHANGE  
CONVENTION

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



GOVERNO DO

DO LADO DO POVO BRASILEIRO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA  
COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

**Lista de presença da 8ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho de Salvaguardas**

<b>Membro</b>	<b>Segmento</b>
Alberto França Dias	APIB
Alice Marie Anne Thuault	Instituto Centro de Vida
Andreia Reis da Costa	IMC-AC
Antonio Rodriguez Ibarra	OIT
Beatriz Soares da Silva	MMA
Camila Pianca	GIZ
Carla Aparecida Magalhães Carsten Braga de Miranda	MMA
Carolina Corrêa Moro	Rotta e Moro Sociedade de Advogados
Carolina Delgado de Carvalho	Funai
Caroline Nectoux Culau	GIZ
Célia Cristina da Silva Pinto	CONAQ
Ciro de Souza Brito	Instituto Socioambiental
Diogo Martins Rosa	SEDAM-RO
Edilene amaro Batista Barbosa	Acever
Elsa Mendoza	EII
Elton Silva Araujo	SEMAS-GO
Fabio Padilha Bolzan	Abema MS
Fernanda Rotta	Rotta e Moro Sociedade de Advogados
Francisca Arara	Secretária de Povos indígenas do Acre
Francisco Abel Lemos Alves	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai
Guerson Johnny de Oliveira Guedes	Secretária Extraordinária de Povos indígenas do Acre
Gustavo Furini	IPAM
Isabel de Souza Acker	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins
Isabel Tostes Ribeiro	EII
Jaksilande Araújo de Lima	Instituto de Mudanças Climáticas- IMC-AC
Jane Cavalcante Rodrigues	SEMA MA
João Lucena	PNUD
João Pedro Gurgel e Silva	EII
João Raphael Oliveira	Aliança NBS/Wildlife Works
Joaquim Correa de Souza Belo	CNS
Julie Messias e silva	Aliança Brasil NBS
Jully Joyce Specht Prado Bayma	Aliança Brasil NBS
Kaianaku Kamaiurá	COIAB
Larissa Carolina Loureiro Villarroel	MDIC



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA  
COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Letícia Rangel Tura	FASE
Luan Moldan Motta	MMA
Luiz Carlos de Araujo Junior	Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
Luiza Muccillo	Earth Innovation Institute
Maike Fulni-ô	Ministerio dos Povos Indigenas
Marcia Stanton	PNUD
Mariane Nardi	MMA
Marília Oliveira	IPAM
Mariusz Antoni Szmuchowski	ICMBio
Mateus de Oliveira Silva	Serviço Florestal Brasileiro
Monica Julissa de los Rios de Leal	Earth Innovation Institute
Natalia Almeida Brito	SEMAD - GO
Poran Potiguara	The Nature Conservancy - TNC Brasil
Rafaela Silva Borges	MMA
Raquel Manhuary de Araújo	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Raul Zoche	Contag
Renata Correa Apoloni	ICMBio
Renata Françoso	Serviço Florestal Brasileiro
Renata Oliveira Costa	GIZ
Renata Ribeiro de Souza Nobre	SEMAS PA
Socorro Messias	Secretaria de Povos Indígenas
Teresa Moreira	The Nature Conservancy
Thuanny Vieira Silva	Earth Innovation Institute
Vitória Beatriz Vieira	Instituto de Mudanças Climáticas IMC-AC
Welton Batista de Barros	MPO